NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2976 - Ano 2023

SÃO PAULO

Audiência Pública na Alesp discute proposta que protege trabalhadores terceirizados

Deputado apresenta projeto para proteger trabalhadores contra empresas caloteiras

Escrito por: Sindicato dos Vigilantes de Barueri
REPRODUÇÃO

Levante a mão o trabalhador terceirizado que nunca levou calote de uma empresa e teve que recorrer à justiça.

A realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados infelizmente é essa: empresas fecham as portas de uma hora para outra e deixam de pagar os direitos como salários, férias, 13º, PLR e até o FGTS.

Pensando nisso o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT) protocolou na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o Projeto de Lei Anticalote.

A ideia atende uma demanda do Sindicato dos Vigilantes de Barueri presidido por Amaro Pereira da Silva, que também é diretor da Confederação Nacional Dos Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV).

A proposta – que já é uma realidade em outros Estados – obriga a retenção mensal de parte dos pagamentos do estado às empresas terceirizadas em conta corrente em banco público com direito à movimentação somente após quitadas todas as dívidas trabalhistas.

Segundo Amaro, essa proposta – se aprovada – irá beneficiar trabalhadores terceirizados de vários segmentos, não apenas os vigilantes.

“Atualmente há cerca de 13 milhões de trabalhadores terceirizados no Estado de São Paulo. São profissionais que trabalham com limpeza, portaria, construção civil, telemarketing, manutenção, transporte e vários outros segmentos e que estão totalmente desprotegidos”, explica o dirigente.

O Projeto de Lei Anticalote passa por sua primeira Audiência Pública no dia 6 de julho na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e, segundo Amaro, é preciso que os trabalhadores – terceirizados ou não – estejam presentes.

“Precisamos mostrar força. Apenas unidos poderemos acabar com essa prática nefasta que tanto prejudica os trabalhadores”, finaliza.

Serviço:
Audiência Pública na Alesp
Projeto de Lei Anticalote
Dia 06/07 – 10 horas
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Moema, São Paulo/SP (Auditório Franco Montoro)

FONTE: CUT SP

ALAGOAS

Governo de Alagoas anuncia 140 vigilantes nas unidades de Saúde

TNH1 com assessoria

O governo de Alagoas divulgou nesta quinta-feira, 25, uma reorganização do serviço de vigilância nas unidades de saúde em todo o estado. A suspensão do serviço terceirizado, na semana passada, gerou protestos.

Serão mantidos 140 seguranças em dez unidades espalhadas pela capital e interior, dentre elas, o Hospital Geral do Estado (HGE) e o Hospital de Emergência do Agreste (HEA).

O número foi definido em levantamento iniciado pelo Gabinete Civil, há uma semana, com objetivo de reduzir despesas, que garantiu, segundo a gestão estadual, R$ 1,7 milhão por mês. Em alguns casos, ressalta, o custo por vigilante contratado com as empresas chegava a R$ 11 mil.

Nos próximos dias devem ser divulgados números referentes a outras secretarias, que passam pela mesma revisão de contratos de segurança.

Fonte: TNH1

HOMENAGEM E MARCO MUNICIPAL PARA A CATEGORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

LEI Nº 4.075, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022.

Institui o Dia Municipal do Vigilante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei, de autoria do Nobre Vereador ANTÔNIO CESAR MACHADO DA SILVA, a saber:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Vigilante, que será celebrado todo dia 20 do mês de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

BRUNO MARGOTTO MARIANELLI
Prefeito do Município de Linhares

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA SECRETARIA, DATA SUPRA.

MARCIO PIMENTEL MACHADO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANTÔNIO CESAR

Nesta segunda-feira, 22 de maio, o Vereador e Professor Antonio Cesar compareceu na Sede do Sindicato dos Vigilantes para entregar ao Presidente Edimar de Oliveira Campos, em nome da categoria. Um quadro memorial, informando da lei Municipal de Linhares N° 4.075/2022 , reconhecendo e homenageando a data de 20 de junho como o “dia do vigilante”. Houve um momento de conversa, café e interações. Momento muito gratificante para nós.

FONTE: SINDVIGILANTES ES

SERGIPE

sindivigilante VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES, FECHAM ACORDO COLETIVO/2023 EM SERGIPE.

No início da noite de hoje, os Vigilantes lotados nas empresas de transporte de valores no estado de Sergipe, se reuniram em Assembléia Geral da categoria, na sede do SINDIVIGILANTE SERGIPE, para discutir a proposta do patronal, Negociação Salarial - 2023.

O patronal propôs um acréscimo de 6% (seis por cento) no salário base da categoria e acréscimo de 10% (Dez por cento) no ticket alimentação.

A referida proposta foi debatida entre os vigilantes presentes, e aceita pela maioria. Todas as demais cláusulas da Convenção Coletiva anterior, foram mantidas.

Gestão: transparência e renovação - Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves

Aracaju, 24 de maio de 2023

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

Gilmar Mendes pede vistas e suspende julgamento do piso da enfermagem

Ministro tem 90 dias para devolver processo sobre decisão de Roberto Barroso que restabeleceu piso salarial da categoria.

Gilmar Mendes pediu vista do julgamento nesta 4ª feira (24.mai), no plenário virtual da Suprema Corte

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a lei que instituiu o Piso Nacional da Enfermagem foi suspenso por um pedido de vistas pelo ministro Gilmar Mendes, realizado na noite desta quarta-feira (24). A regra que estabelece o piso, entretanto, segue válida.

Mendes, agora, tem 90 dias para se manifestar sobre o tema. Caso esse prazo se esgote, o julgamento volta a ser liberado aos demais ministros.

O julgamento diz respeito a uma liminar concedida por Luis Roberto Barroso no último dia 15 que liberou a implementação do piso.

A decisão temporária foi tomada após o Congresso Nacional aprovar regras que garantiam recursos para a implementação do piso. O julgamento é realizado no Plenário Virtual do Supremo e, caso Mendes não houvesse pedido mais tempo, seria encerrado na sexta-feira.

Até o momento, há dois votos favoráveis pela manutenção do piso. Além do próprio Barroso, o ministro Edson Fachin votou pelo reconhecimento da legislação que impõe um patamar mínimo para os profissionais da enfermagem. Há divergências, entretanto, nos dois votos.

Barroso estipulou que o piso é garantido para profissionais da enfermagem no nível federal. Nos âmbitos estadual e municipal, o aumento foi condicionado ao recebimento de recursos federais.

Já na esfera privada, Barroso considerou ser possível que acordos coletivos de trabalho flexibilizem o patamar mínimo. Fachin, por sua vez, votou pela aplicação integral da lei, sem distinções ou condicionantes. Até o julgamento pelo Plenário ser finalizado, é válida a liminar concedida por Barroso.

Defesa do piso

Os pontos criados pelo relator são alvos de crítica da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE). A entidade sindical lamenta também o pedido de Mendes que levou à suspensão do julgamento – prolongando ainda mais a não definição sobre estes detalhes.

Além disso, a FNE tem orientado a categoria e suas entidades filiadas a tomarem medidas práticas imediatas. Em relação a trabalhadores das redes estaduais e municipais, a ideia é monitorar o fluxo de recursos federais. Já para o setor privado, a entidade defende que não se abra mão do piso em negociações.

"Ele [Barroso] abre espaço para que haja pressão dos hospitais. Os sindicatos vão manter o posicionamento de não aceitar alterações em acordos ou convenções. Se a categoria buscar o sindicato para que haja redução, vamos debater no chão das assembleias", diz Shirley Araújo, presidenta da FNE. "Não tendo alteração, o piso [no setor privado] vale já para o salário de julho", complementa.

Foto: Reprodução

Fonte: Brasil de Fato

‘Prévia’ da inflação mantém tendência de baixa e fica em 0,51%

Índice ficou em 0,51% neste mês, abaixo tanto de abril como de maio do ano passado. Com o resultado, divulgado nesta quinta-feira (25) pelo IBGE, o indicador soma 3,12% no ano

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADODivulgação / CEF

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), ficou em 0,51% em maio deste ano. A taxa é inferior ao mês anterior (abril) de 0,57%. Na comparação com maio do ano passado (0,59%), o índice também caiu. O dado foi divulgado nesta quinta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado de maio, a prévia da inflação oficial acumula variação de 3,12% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada caiu de 4,16% em abril para 4,07% em maio deste ano.

Deflação

O recuo do IPCA-15 de abril para maio foi puxado principalmente pelos transportes, que haviam registrado inflação de 1,44% na prévia do mês anterior, passou a ter deflação (queda de preços) de 0,04% neste mês.

As passagens aéreas, com queda de 17,26%, foram o item individual que mais pesou na

queda da inflação. O resultado dos transportes também foi influenciado pelos preços de combustíveis como óleo diesel (-2,76%), gás veicular (-0,44%) e gasolina (-0,21%).

Artigos de residência foi outro grupo de despesas com deflação: -0,28%.

O que subiu

Sete dos nove grupos de despesa pesquisados pelo IPCA-15 tiveram alta de preços em maio, com destaque para saúde e cuidados pessoais (1,49%) e alimentação e bebidas (0,94%).

O primeiro grupo foi influenciado por altas de preços nos produtos farmacêuticos (2,68%), ainda um reflexo do reajuste de 5,60% nos medicamentos a partir de 31 de março, e em itens de higiene pessoal (1,38%). Um dos itens que se destacaram nessa categoria foram os perfumes (2,21%).

Os alimentos tiveram aumento do ritmo da inflação, que havia sido de apenas 0,04% na prévia de abril. A alta de preços de 0,94% na prévia de maio foi puxada por produtos como tomate (18,82%), batata-inglesa (6,60%), leite longa vida (6,03%) e queijo (2,42%).

Os demais grupos com inflação foram habitação (0,43%), despesas pessoais (0,40%), vestuário (0,35%), educação (0,07%) e comunicação (0,02%).

FONTE: RBA

A seguinte matéria de seu interesse sofreu ações em: 25/05/2023

PL 05245 2020

Ementa:

Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada.

25/05/2023

SACSP - Secretaria de Apoio à Comissão de Segurança Pública

Matéria constante da Pauta da 16ª Reunião da Comissão de Segurança Pública, agendada para o dia 30/05/2023

Situação

25/05/2023 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF